

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG

Termo de Referência 111/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG Editado por Atualizado em
111/2026 984767-PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG RAFAELA PIRES DE OLIVEIRA 26/06/2026 10:44 (v 0.4)
Status
DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		PRC 114/2026

1. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ANEXO ITERMO DE REFERÊNCIA – TRPE 039/2026 PRC 114/2026

Requisição nº 31/2026	Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Saúde
Responsável pela demanda: Regina Aparecida Inácia Reis (diretor de epidemiologia)	
E-mail: smscomprasleopoldina@gmail.com	Telefone: (32) 3449-2400

1.	OBJETO
1.1-	O objeto deste Termo de Referência é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em gerador de energia , com quadro de transferência automático, mão de obra e assistência técnica, visando garantir o funcionamento contínuo dos equipamentos utilizados no armazenamento de vacinas, medicamentos e insumos, nos diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde de Leopoldina

/MG, processada por meio de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com especificações, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

1.2- O Contratante declara que o objeto desta contratação não se enquadra na definição de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 5.085/22.

1.3- O serviço objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4- Foi observado nesse processo o princípio da segregação de função.

1.5- A licitação será por item.

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA DE REF.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PRAZO DO CONTRATO	PRORROGAÇÃO (S/N)
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em gerador de energia com quadro de transferência automática (QTA) e mão de obra e assistência técnica. CATSER 19810	-	SERV	12	12 MESES	S

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1- A contratação é necessária para garantir a efetividade das ações de saúde pública, especialmente no que tange à conservação de vacinas em condições ideais de temperatura, prevenindo perdas materiais e riscos sanitários.

2.2- A manutenção contínua e imediata de gerador assegura a continuidade dos serviços essenciais, mesmo em situações de queda de energia elétrica.

2.3- Salienta-se ainda que a mesma empresa que for vencedora do processo dos geradores de energia terá que ser também a mesma que faça a manutenção dos mesmos.

JUSTIFICATIVA DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO DO GERADOR

Os prazos estabelecidos para atendimento e manutenção do grupo gerador são justificados pela essencialidade do equipamento para a continuidade do funcionamento da Rede de Frio da Secretaria Municipal de Saúde, responsável pelo armazenamento e conservação de vacinas e demais produtos imunobiológicos, que possuem rigorosos requisitos de temperatura para manutenção de sua eficácia e segurança.

A eventual interrupção do funcionamento do gerador pode ocasionar a perda de vacinas e outros insumos imunossuppressores e termolábeis, gerando prejuízos financeiros ao erário, comprometendo as ações de imunização e colocando em risco a saúde da população atendida.

Dessa forma, os prazos estipulados observam os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público, sendo considerados razoáveis e compatíveis com a criticidade do equipamento, conforme segue:

- **Atendimento remoto em até 1 (uma) hora:** visa possibilitar diagnóstico preliminar imediato, orientações técnicas e adoção de medidas emergenciais que possam restabelecer o funcionamento do equipamento ou minimizar os riscos até a chegada da equipe técnica.
- **Atendimento presencial em até 12 (doze) horas:** justifica-se pela necessidade de rápida intervenção técnica para evitar a interrupção prolongada do fornecimento de energia aos equipamentos de refrigeração, reduzindo o risco de perda de imunobiológicos.
- **Solução provisória emergencial imediata, quando possível:** objetiva garantir a continuidade do funcionamento da Rede de Frio por meio de medidas temporárias, tais como reparos emergenciais, utilização de componentes substitutos ou adoção de soluções alternativas de alimentação elétrica.
- **Solução definitiva em até 48 (quarenta e oito) horas, salvo justificativa técnica formal:** busca assegurar o restabelecimento integral das condições operacionais do gerador em prazo compatível com a criticidade do serviço, evitando a exposição prolongada das vacinas e demais produtos termolábeis ao risco de perda por falha no fornecimento de energia.

Assim, os prazos definidos não constituem exigência excessiva, mas sim medida indispensável para garantir a segurança sanitária, a continuidade dos serviços de imunização, a proteção do patrimônio público e a observância do interesse coletivo, tendo em vista que a indisponibilidade prolongada do grupo gerador pode acarretar danos irreparáveis ao estoque de imunobiológicos e prejuízos à saúde pública municipal.

3- SOLUÇÃO

3.1- A manutenção preventiva reduz os riscos de falhas inesperadas, prolonga a vida útil dos equipamentos e evita prejuízos operacionais à Secretaria de Saúde.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1- Estar de acordo com as normas técnicas da ABNT, bem como as homologadas pelo PROCON/IBAMA, na execução dos serviços objeto deste termo de referência a empresa contratada deverá obrigatoriamente promover as práticas de sustentabilidade ambiental;

4.2- A futura contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

4.3- Aqueles indicados nos arts. 68 da Lei nº 14.133/21.

I- Contrato ou estatuto social atualizado;

II- Documento de identidade do sócio administrador e procurador, se houver, com a procuração respectiva;

III- Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme o art. 125 do Decreto Municipal nº 5.188/23;

IV- As declarações do art.124 do Decreto Municipal nº 5.188/23, pois também se relacionam com situações em que é vedada a contratação com a administração pública municipal;

V- CND federal;

VI- Certidão negativa de falência. (ou outra forma de comprovação da qualificação econômica, conforme o caso, de acordo com o art. 69 da Lei de licitações, a depender da complexidade do objeto.);

VII- CND estadual;

VIII- CND municipal;

IX- CND trabalhista;

X- Certificado de Regularidade do FGTS.

4.4- O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), exceto se inferior ao prazo de garantia oferecido pelo fabricante/proponente.

4.4.1- A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.4.2- A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.4.3- Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.4.4- As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.4.5- Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.4.6- O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.4.7- Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.4.8- Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.4.9- O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.4.10- A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.5. A qualificação Econômico-financeira será demonstrada através da apresentação Certidão Negativa de Feitos Sobre Falência, expedida pelo distribuidor da sede do Licitante.

4.6- A empresa contratada deverá apresentar também:

Comprovante de registro da empresa no CREA-MG ou no CRT-MG.

Comprovante de quadro técnico profissional: Técnico eletricista ou Engenheiro elétrico.

a. Apresentar comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa, Entende-se para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente de pessoal, documentação comprobatória, nos casos de:

- I. VÍNCULO EMPREGATÍCIO: Ficha de Registro do Empregado – RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, em nome do profissional qualificado, contendo as folhas que demonstrem seu registro laboral, ou, Contrato de Trabalho em vigor, devidamente firmado nos termos das Leis do Trabalho;
- II. VÍNCULO SOCIETÁRIO ou PARTICIPATIVO: Requerimento de empresário individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, relativo ao domicílio ou sede da licitante, ou ainda, conforme o caso, ata de eleição devidamente publicada na imprensa oficial;
- III. RESPONSABILIDADE TÉCNICA (RT): Certidão de registro expedida pela entidade profissional competente a que estiver vinculado, que conste titularidade do (s) profissional(is) por esta atribuição, relativo à pessoa jurídica (PJ), da sede ou filial da licitante;
- IV. PROFISSIONAL AUTÔNOMO (sem vínculo empregatício): Contrato de prestação de serviços, carta compromisso, ou outro instrumento congênere que sirva à finalidade, celebrado de acordo com a legislação civil comum, desde que, contenha de forma clara no referido instrumento, sua qualificação quanto à Responsabilidade Técnica (RT) vinculada a prestação dos serviços.
- v. Declaração de contratação futura, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1- Os serviços de manutenção deverão ser realizados no mesmo local que se encontra o gerador, em horário comercial no respectivo endereço:

- **Secretária Municipal de Saúde, rua Benedito Valadares, 52, Bairro Fabrica – Leopoldina – MG / Horário: 07:00 as 16:00 hrs;**

5.2- O Município reserva o direito de não receber os bens/serviços contratados com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis;

- 5.3-** Nos valores propostos pelos fornecedores deverão estar inclusos todos os custos logísticos, operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;
- 5.4-** A proposta comercial terá validade de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega;
- 5.5-** A futura contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.6-** A futura contratada deverá providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pelo gestor e ou fiscal com respeito à execução do objeto;
- 5.7-** A futura contratada deverá responsabilizar-se pela qualidade dos produtos/serviços entregues, e pela averiguação do prazo de validade, substituindo aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual, sem qualquer custo adicional para o Município;
- 5.8-** A futura contratada deverá dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato durante toda a sua vigência a pedido do Município;
- 5.9-** A futura contratada deverá executar o contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues;
- 5.10-** A futura contratada deverá cumprir os prazos previstos no contrato ou outros que venham a ser fixados pelo Município.
- 5.11-** O serviço de manutenção será inicializado 10 (dez) dias contados da emissão da Ordem de Fornecimento;
- 5.12-** Todos os custos referentes à entrega como impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que ocorram, serão de responsabilidade da empresa contratada.
- 5.13-** O produto ofertado deverá estar em acordo com as especificações do objeto
- 5.14-** O Contratado deverá realizar todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto contratado, mesmo que não tenham sido cotados;
- 5.15-** Entregar o serviço objeto do Contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados;
- 5.16-** Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação ou de qualificação exigidas neste termo, devendo comunicar a secretaria, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação;

- 5.17-** Responsabilizar por todas as providências e por todas as obrigações, estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços contratados, ou de serviços conexos com os serviços contratados;
- 5.18-** Executar o contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos serviços entregues;
- 5.19-** Para realização das visitas técnica e atendimentos em garantia as despesas de deslocamento, estadia e alimentação, correrão por conta da contratada.
- 5.20-** O serviço de manutenção será realizado dentro do horário comercial de segunda a sexta feira das 7h00 as 16:00, a visita do técnico para manutenção será obrigatoriamente todo mês, gerando mensalmente relatórios técnicos do específico equipamento.
- 5.21-** Os serviços de manutenção contarão com supervisão técnica disponível para dirimir dúvidas que eventualmente possam existir sobre os trabalhos de manutenção preventiva;
- 5.22-** Os serviços de manutenção serão executados de acordo com as rotinas de manutenção previamente definidas, parte integrante do contrato de manutenção;
- 5.23-** A contratada deverá executar testes de desempenho (carga efetiva) dentro da visita periódica de manutenção.
- 5.24-** Em caso de falha no gerador de energia ou queda de energia elétrica, a empresa contratada deverá prestar assistência técnica emergencial no prazo máximo de **1 (uma) hora** após a solicitação formal realizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Leopoldina – MG. O não cumprimento desse prazo poderá resultar na aplicação de penalidades contratuais, conforme previsto na legislação vigente e nos termos do contrato.

6- DO CONTRATO

6.1- A Adjudicatária terá o prazo de até 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação formal pelo contratante, para assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis. A administração convocará o licitante vencedor no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua convocação para assinar o contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.2- O prazo de vigência do serviço de manutenção dos geradores de energia, será de 12 meses contados a partir da data da assinatura do contrato podendo ser prorrogado.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1- Observado o disposto na legislação, a gestão do contrato será realizada pela servidora Regina Aparecida Inácia Reis (Diretora de Epidemiologia);

7.1.1- As atribuições do gestor do contrato são aquelas previstas no art. 20 do Decreto Municipal nº 5.190/23;

7.2- A fiscalização do contrato será exercida pelo servidor José Rolerito de Almeida Junior (superintendente de regulação);

7.3- O Fiscal do Contrato será responsável pelo acompanhamento da execução contratual, desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação, controle e fiscalização;

7.4- O fiscal de contrato comunicará à contratada, por escrito, preferencialmente via e-mail, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para a imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;

7.5- Compete ao Fiscal desempenhar as atribuições previstas no art. 21 do Decreto Municipal nº 5.190/23.

7.6- A presença da Fiscalização não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.

7.7- O Município reserva o direito de não receber os bens contratados com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis;

7.8- Nos valores propostos pelos fornecedores deverão estar inclusos todos os custos logísticos, operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1- O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria, em parcela mensal, conforme nota fiscal/fatura, em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo;

8.1.1- O pagamento decorrente ao serviço de manutenção da concretização do objeto licitado será efetuado pela tesouraria, em parcela mensal, conforme nota fiscal/fatura, em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo;

8.2- A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

8.3- O gestor e/ou a Contabilidade, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

8.4- O pagamento devido pelo Município será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

8.5- Os pagamentos ao contratado somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços e/ou entrega dos produtos, nas condições estabelecidas, o que será comprovado por meio de atestação em documento correspondente, emitida pelo gestor de contrato do Município;

8.6- Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Município plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;

8.7- Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1- O futuro contratado será selecionado através de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por grupo, observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital do Certame e seus anexos.

9.2- Não será permitida a participação de Consórcios. A ausência dos consórcios não importará prejuízo ao certame visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas,

isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não se aplica ao presente caso.

9.2.1- Cabe ao administrador público avaliar a conveniência e a oportunidade em torno da admissão ou não de consórcios, em face do vulto e/ou complexidade técnica do objeto do certame, sempre levando em consideração o interesse público. Voltando-se para a análise da situação no caso em exame o objeto do certame, serviço de manutenção de gerador, não se esbarra nas questões de maior vulto e de maior complexidade técnica, a justificar a necessidade de formação de empresas em consórcio para participação na licitação, de forma a unir esforços para se conseguir somar qualificações econômico-financeiras e qualificações técnicas.

9.2.2- Ademais, o consórcio, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriado para consecução de objeto certo e determinado no tempo, a exemplo de obras, diversamente do que ocorre na espécie, onde se busca a contratação de serviços que rotineiramente farão parte das atividades do órgão licitado.

9.2.3- A presente licitação é de participação exclusivas das Microempresas, Empresa de Pequeno Porte e Microempreeendedores individuais definidas na referida Lei. Não será admitida nesta licitação a participação das empresas que não se enquadrem como ME ou EPP ou MEI, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 incluindo as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, ou que nessa condição estejam incluídas em alguma das excludentes hipóteses do § 4º do art. 3º da mencionada Lei Complementar.

9.3- Será admitida nesta licitação a participação de Cooperativas que preencham os requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/21.

10. estimativas do valor da contratação

10.1- Metodologia

Na forma do art. 23, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação é o descrito na tabela abaixo, referente ao menor preço obtido por meio de pesquisa direta com fornecedores da área e o PNCP, conforme documentos anexos.

Item	valor	Unid.	QDE	Total
1	R\$ 3.066,00	SERV	12	R\$ 36.792,00
			TOTAL	R\$ 36.792,00

10.2. Razão da escolha

Foram escolhidos para apresentarem orçamento todos aqueles fornecedores que são de conhecimento dessa Secretaria que potencialmente poderiam executar o objeto do contrato nas condições previstas neste TR.

10.3. Da data dos orçamentos:

Os orçamentos foram colhidos antes de decorridos 06 (seis) meses da contratação.

10.4. Todos os fornecedores consultados apresentaram orçamento.

- a. Painel de Preços do governo Federal e Fornecedores Especializados

10.5. Matriz de Risco

10.6. Serviços: Considerando que a presente contratação se trata da prestação de serviço comum, que não se enquadra como de grande vulto, e tendo em vista que não foram adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, sobretudo porque a análise pormenorizada dos riscos revela-se incompatível com a natureza do objeto, dispensa-se a elaboração de matriz de risco, nos termos do art. 22, caput, e § 3º, da Lei nº 14.133/21, e conforme art. 150, § 4º, inciso I, do Decreto Municipal nº 5.180/23. O ônus financeiro decorrente da revisão do valor contratado para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 124, inciso II, alínea “d”, da

Lei nº 14.133/21, poderá ser suportado pelo CONTRATANTE em caso de elevação extraordinária dos custos, e pelo CONTRATADO em caso de redução, observadas as diretrizes dos arts. 172 e ss. do Decreto Municipal nº 5.180/23.

11. Adequação orçamentária

11.1 - A dotação orçamentária que suportará o custo da aquisição é a seguinte:

Atividades da Vigilância Epidemiológica e Enfrentamento de Emergência Pública, dotação:
021100.10.305.0133.2422.0000.4.4.90.39

FICHA: 1435 ESTSUS

12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental; as especificações dos serviços a serem adquiridos, contemplam além das características da matéria prima usada na confecção dos produtos, critérios para armazenagem e reciclagem.

Leopoldina, 19 de junho de 2026.

REGINA APARECIDA INÁCIA REIS
DIRETOR DE EPIDEMIOLOGIA

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: A responsabilidade atestada refere-se única e exclusivamente à transcrição das informações para o sistema digital, permanecendo o conteúdo sob responsabilidade dos servidores autores.

RAFAELA PIRES DE OLIVEIRA

OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS



Assinou eletronicamente em 26/06/2026 às 10:43:45.